

# MIGRANTES FRONTEIRIÇOS NA ESCOLA PÚBLICA: ESTUDO DE CASO NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

Resultado de investigación finalizada

Grupo de Trabajo 09: Estrutura social, dinâmica populacional e da migração

Geovana Gabriela Bardesio (Universidade Federal do Pampa)  
Paulo Cassanego Jr. (Universidade Federal do Pampa)

## Resumo

Este trabalho versa a identificação das necessidades de alunos (i) migrantes de uma escola localizada na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai e as respectivas adaptações realizadas pela gestão no período de 1980 a 2011. Trata-se de um estudo de caso qualitativo-descritivo (YIN, 2010), que coletou os dados através de entrevistas estruturadas com os gestores dos respectivos períodos administrativos. A análise foi baseada em quatro parâmetros: a) função educativa, b) conduta dos alunos, c) participação da escola: d) profissionais da educação e a sua preparação. Percebeu-se que a fronteira atua como elemento facilitador da adaptação dos alunos (i) migrantes fronteiriços, chegando a minimizar ou anular efeitos negativos decorrentes da situação de imigração observados em outros contextos.

**Palavras chave:** migração; fronteira; educação

## (I) MIGRANTES FRONTEIRIÇOS NA ESCOLA PÚBLICA: ESTUDO DE CASO NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

### 1.Introdução

Há diversas leis de âmbito nacional<sup>1</sup>, binacional<sup>2</sup> e multinacional<sup>3</sup> que determinam e tornam legítimo o direito à educação dos estrangeiros no Brasil. Corroborando com uma série de disposições legais de âmbito global<sup>4</sup> que reservam aos estrangeiros o direito de freqüentar a escola, caracterizando a educação como um direito universal de todos. Apesar do resguardo legal, a migração e as diferenças

---

<sup>1</sup> (CF; Lei 6.815/80) Constituição Federal de 1988 e Estatuto Jurídico do estrangeiro no Brasil de 1980 são exemplos de Legislações brasileiras que consideram os direitos dos estrangeiros, mas não são as únicas nem as primeiras. A primeira legislação específica para o estrangeiro no Brasil foi o Decreto-lei nº. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.

<sup>2</sup>(Decreto 5.105/2004) Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios é apenas um dos muitos acordos celebrados entre os países que abrange a questão fronteiriça e os seus habitantes. A lista completa de acordos e tratados celebrada entre os países pode ser visualizada no site: <http://www.itamaraty.gov.br/>

<sup>3</sup>.(Mercosul educacional Protocolo de integração educativa e reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio não técnico (Mercosul/cmc/dec. Nº 4/94), documento firmado entre os países integrantes do MERCOSUL, entre eles o Brasil, para tratar da integração educativa entre os países membros, tendo em vista que a educação é um fator fundamental no processo de integração regional.

<sup>4</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção relativa a luta contra a discriminação no campo do ensino; Convenção sobre os direitos da criança; Cúpula Mundial de Educação

culturais, têm sido importantes motivadores da ocorrência de preconceito e discriminação em ambientes escolares. Gerando problemas de desenvolvimento emocional e educativo em alunos imigrantes. Os quais podem apresentar características específicas e necessidades educacionais especiais (NEE), relacionadas, principalmente, as diferenças de idioma, cultura e a adaptação ao novo ambiente escolar, conforme assinalado nas pesquisas desenvolvidas por Batanero (2005), Hernández, Vera e Quiroa (2005), Alegre (2008) e; Gonzáles e Martín (2009).

O recebimento de alunos (i)migrantes<sup>5</sup> em centros educacionais pode ser mais acentuado em situações que a aproximação geográfica propicia a (i) migração diária entre a população, elevando a probabilidade de que (i)migrantes procurem instituições escolares em outro país. Tal qual é o caso observado na fronteira formada pelas cidades de Sant'Ana do Livramento, localizada no Brasil e, Rivera, situada no Uruguai. Neste contexto, tem-se a Escola Estadual de Ensino Médio Professor Chaves, localizada em Sant'Ana do Livramento e caracterizada por manter alunos (i)migrantes fronteiriços uruguaios entre a sua clientela. Esta escola, em 2011, tinha 802 alunos matriculados nas modalidades de ensino fundamental e médio. Dos quais, 22 são de nacionalidade uruguaia e 121 alunos mantinham outros tipos de vínculos com o país vizinho, tais como: consangüíneos (filhos de pais e/ou mães uruguaios); situação escolar anterior (alunos brasileiros e/ou uruguaios ingressados na escola brasileira advindos do sistema educacional uruguaio); e, geográfico (alunos brasileiros e/ou uruguaios que residem no Uruguai e atravessam a fronteira diariamente para estudar no Brasil (VIERA,2012).

Considerando o contexto apresentado, este trabalho se desenvolveu com o objetivo de identificar as necessidades apresentadas pelos alunos (i) migrantes fronteiriços e as adaptações realizadas pela gestão da escola E. E. M. Professor Chaves no período de 1980 a 2011<sup>6</sup>.

## 2. O discente estrangeiro no sistema educativo

A função educativa é de importante para a sociedade e especialmente delicada, quando se trata da formação de crianças (i) migrantes devido, sobretudo, as diferenças existentes entre os idiomas, as idéias religiosas e culturais apresentadas por esses discentes (BATANERO, 2005). Ao considerar que uma das funções do sistema educativo, e por consequência da instituição escolar, é a socialização dos indivíduos, através do seu "acultramento", González e Martín (2009, p.9) destacam a necessidade de identificar e eliminar os prejuízos existentes dentro das diversidades culturais - no âmbito escolar - evitando a utilização da diversidade como um pretexto para a legitimização da exclusão social que podem sofrer os (i) migrantes<sup>7</sup>.

Alegre (2008) afirma que há diferenças nos resultados alcançados por alunos autóctones e imigrantes e que os alunos alheios à cultura local apresentam necessidades específicas e características próprias. Podendo-se concluir, a partir do seu trabalho, que as necessidades específicas dependem das características do aluno e, conforme for esta relação, os alunos podem ser considerados um problema ou um fator enriquecedor para o aprendizado coletivo. Para o autor, as necessidades educativas dos alunos imigrantes estão principalmente relacionadas a três variáveis básicas que definem o seu grau de especificidade. São elas: (1) a idade de chegada e início da escolarização; (2) o conhecimento ou não da língua do país receptor e; (3) a trajetória educativa e o nível de aprendizagem desenvolvido no país de origem. Portanto, dentro desta lógica, quanto mais cedo o aluno chega ao sistema escolar receptor mais

---

<sup>5</sup> As nomenclaturas (i)migrante e (i) migração serão adotadas para referenciar situações de alunos que podem estar relacionadas tanto a condição de migração como a de imigração, adaptando as abordagens realizadas pelos teóricos e identificando alunos do contexto estudado

<sup>6</sup> Em 1980 foi criada a legislação vigente que determina o estatuto jurídico do estrangeiro no Brasil e por este motivo o período foi tomado como base para o recorte de tempo da pesquisa.

<sup>7</sup> O autor refere-se a "grupos minoritários" onde estão incluídos os imigrantes.

facilmente consegue se adaptar a cultura dominante. Além disso, o fato de não ter sido alfabetizado na sua língua materna e o de conhecer o idioma do país receptor podem facilitar este processo de adaptação. Enquanto que o tempo em que este aluno estudou no seu país de origem, pode interferir no processo adaptativo, principalmente quando se considera o conhecimento acumulado.

O comportamento e as atitudes da criança (i) migrante dentro do trabalho educativo têm características singulares que são mais evidentes quando comparadas com grupos escolares de crianças de comunidades estáveis, o desejo de aprender das crianças (i) migrantes está relacionado à necessidade de resolver problemas da sua vida diária na escola, pois as mudanças provocadas pelo fenômeno (i) migratório implicam no desenvolvimento de competências relacionadas à aprendizagem de coisas novas. As crianças (i) migrantes nos grupos escolares precisam interagir com os alunos autóctones apesar da diversidade de línguas, costumes e crenças existentes. Estes alunos necessitam transformar a diversidade cultural, étnica e lingüística em uma vantagem, ao invés de um obstáculo para o seu desenvolvimento (HERNÁNDEZ, VERA e QUIROA, 2005).

Alguns fatores institucionais que podem influenciar o desempenho escolar dos educandos são: “as atitudes e disposições da escola, a sua capacidade de mediar os significados e as possibilidades das relações interculturais desenvolvidas no seu interior e, os hábitos de participação das famílias no centro educativo” (ALEGRE, 2008, p. 64). Logo, a preparação da escola para lidar com um contexto culturalmente diverso e, a sua disposição em se adaptar a nova realidade, são fundamentais para o sucesso da aprendizagem dos alunos. Para Batanero (2005, p.3) “o fenômeno migratório, afeta o sistema educativo do país acolhedor”, sendo ele, o fenômeno migratório, considerado um problema. Pois, força o sistema educativo a prestar importantes contribuições, tanto no sentido de promover a integração social do aluno recém chegado como de incentivar a criação de uma consciência solidária entre todos os alunos.

O atual estado da resposta educativa para o chamado “problema educativo da migração” apresenta-se através de duas vertentes. Sendo que a primeira diz respeito a “atividades e programas de tipo funcional desenvolvido pelos professores conforme a necessidade vivenciada na sala de aula”. Nesta situação os professores, muitas vezes, são obrigados a improvisar estas ações e/ou agregá-las ao planejamento. Já a segunda vertente, é fundamentada na idéia de problema global e complexo que supera a necessidade pontual da localidade (HERNÁNDEZ, VERA e QUIROA, 2005, p.4,). Para esta corrente, a investigação básica e aplicada que fornece modelos de análise e atuação e, por conseguinte, ajuda instrumental à prática, constitui uma importante ferramenta para a discussão do tema. E por isso, este viés valoriza atividades como encontros, seminários, publicações, etc.

A presença de alunos estrangeiros em estabelecimentos de ensino não deve ser encarada como um problema, mas como uma oportunidade de aproveitar os benefícios da diversidade, pois “considerar os contrastes permite avançar na identificação de políticas e práticas educativas suscetíveis ao favorecimento da equidade e da igualdade de oportunidade entre os alunos de diversas origens” (ALEGRE, 2008, p.64).

Já Peñalongo (2003,p.154) destaca a específica contribuição do multiculturalismo e das culturas de fronteiras, ao considerá-las responsáveis por manter ainda vigente o que chama de “educação como prática de liberdade”, o que faz com que esta prática seja considerada uma “pedagogia de esperança”. Para ele, as culturas que ultrapassam as fronteiras culturais não apenas confirmam a sua identidade, mas também, criam novas formas culturais originárias que passam a ser aceitas pela cultura dominante, e constituem um elemento integrativo e não um elemento adaptativo das novas situações vivenciadas<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Com base nesta afirmação é possível realizar uma analogia comparativa do contexto em que se desenvolve este trabalho. Pois, a partir da observação direta deste cenário, é possível dizer que a cultura brasileira (gaúcha) presente em Sant’Ana do Livramento respeita e convive pacificamente com a cultura uruguaia (*gaúcha*) de Rivera, ao mesmo tempo em que se

Outro aspecto importante a ser considerado é a formação dos profissionais da educação e a sua preparação para lidar com as especificidades destes alunos. O atendimento das exigências deste fenômeno (i) migratório conforme Batanero (2005, p.9) demanda a criação de um projeto sociopsicopedagógico que responda as características, necessidades, aspirações e valores culturais dos povos. Peñalongo (2003, p. 154) afirma que “os novos contextos começam a exigir que a escola não apenas faça uma revisão curricular do espaço educativo, mas também a criação de novos caminhos educativos...”. Neste sentido, alguns países são considerados referência por se preocuparem em desenvolver políticas e programas específicos ao acolhimento de alunos (i) migrantes ao seu sistema educativo. É o caso da Espanha, país que deixou de ser caracterizado como emigrante e passou a ser considerado país imigrante, principalmente após a década de 1990<sup>9</sup>. Batanero (2005) em seu trabalho apresenta algumas das adaptações deste sistema, entre as quais, destacam-se:

- Elaboração de normativa especial de atenção ao aluno imigrante dentro da NEE
- Elaboração e atuação de censo escolar atualizado – identificação e acompanhamento da distribuição dos alunos imigrantes
- Incentivo a parcerias entre instituições escolares e ONGs com vistas a:
  - acompanhamento e apoio escolar em colaboração com centros educativos
  - formação de professores
  - colaboração nos processos de escolarização dos alunos
  - ações direcionadas a evitar o absenteísmo escolar
- Criação de planos de compensação escolar e Plano de acolhimento
- Atenção a família: especialmente sobre o funcionamento do sistema escolar
- Criação e publicação de materiais e guias informativos
- Apoio ao desenvolvimento da língua materna

Além disso, o Ministério da Educação da Espanha mantém disponibilizado em sua página na internet, uma série de publicações que abordam a temática “Imigração no sistema educativo, com o intuito de promover a troca de informações entre os agentes educacionais e propiciar a discussão entre eles, gerando a valorização cultural, a divulgação e o incentivo da realização de práticas integrativas. Com o objetivo de reconhecer e valorizar as boas ações realizadas em prol da boa convivência desenvolvidas nos centros educativos, o Ministério da Educação espanhol criou o programa “*Convivencia – Premios a las buenas prácticas*”. Estas ações buscam incentivar o sentimento de igualdade de oportunidades, reconhecendo a diversidade e utilizando-a como ferramenta de integração entre os indivíduos e não como alimento ao desenvolvimento de preconceitos e estereótipos, Evidenciando o papel do professor e do sistema educativo como agentes condutores desta vertente.

### 3. Metodologia

Tendo como objeto de pesquisa a escola Estadual de Ensino Médio Professor Chaves, localizada na cidade fronteira de Sant’Ana do Livramento, RS, Brasil, desenvolveu-se um estudo de caso qualitativo-descritivo (YIN, 2010), onde foram utilizadas entrevistas como forma de coleta de dados. O roteiro foi formulada após a observação de contribuições realizadas pelos estudos de Batanero

---

fundem na cultura fronteira, representada, principalmente, pelo portunhol, sendo este um dos elementos culturais que simbolizam a integração cultural existente neste ambiente.

<sup>9</sup> Nos anos 60 e 70 iniciou-se o movimento migratório no país, no entanto, este foi intensificado após a aprovação de uma legislação específica que regularizava a situação dos já imigrantes até então ilegais (início da década de 90). Atualmente o país, tem mais de 5 milhões de residentes estrangeiros, o que significa mais de 12% da sua população. Os imigrantes residentes na Espanha são provenientes de diversos lugares do mundo (INE, 2011).

(2005), Hernández, Vera e Quiroa (2005), Alegre (2008) e Gonzáles e Martín (2009). Tais trabalhos foram selecionados para servir de base para a montagem da entrevista deste estudo por abordarem a temática da presença de estudantes culturalmente diversos em ambientes escolares no contexto ibero-americano. Por isso, as questões criadas adaptaram as contribuições dos autores ao contexto fronteiriço. Os diferentes aspectos educativos abordados pelos autores em seus trabalhos, foram classificados e agrupados, em quatro grupos de contribuições, sendo elas denominadas de: a) Função educativa; b) Conduta dos alunos; c) Participação da escola e c) Profissionais da educação e a sua preparação. Entende-se que, a partir delas é possível montar um panorama geral a respeito das necessidades específicas dos alunos em situação de (i) migração fronteiriça e as ações e adaptações promovidas (ou não) pela gestão da escola E. E. M. Professor Chaves no período de 1980 a 2011. O rol de (7) entrevistados foi composto pelo atual gestor da escola e seus antecessores, compreendendo os períodos administrativos de 1980 a 2011. O tratamento dos dados obtidos deu-se por meio da análise de conteúdo (Danton (2002).

#### **4. Análise dos Resultados**

Esta sessão apresenta os resultados obtidos a partir da análise das entrevistas, conforme os parâmetros adotados : a) função educativa; b) conduta dos alunos; c) participação da escola, e, d) profissionais da educação e a sua preparação.

##### **a. Função educativa**

Considerando que diferenças relativas a idioma, cultura e/ou religião são elementos que tornam a função educativa extremamente delicada ao considerar a formação de crianças (i) migrantes (BATANERO, 2005), verificou-se dividida a opinião dos entrevistados quanto a este quesito. As diferenças relacionadas ao idioma, especialmente a expressão escrita da língua portuguesa, foram apontadas pelos entrevistados como o elemento que maior interferência pode causar ao desenvolvimento educativo dos alunos (i) migrantes. Entre os entrevistados que não consideram tais elementos interventores do desenvolvimento educativo dos referidos alunos, se destaca o papel exercido pela fronteira, onde o posicionamento geográfico e, principalmente a aproximação cultural provocada por ela, são considerados fatores importantes para minimizar os tais impactos.

Também influenciada pela realidade fronteiriça, aparece o resultado obtido a partir da variável: pessoas, a qual enfatizou o desenvolvimento e a eficácia da comunicação dos alunos (i) migrantes no cotidiano escolar e constatou que esta se desenvolve, e sempre se desenvolveu, de forma relativamente tranqüila e eficaz. Os gestores salientaram a dificuldade enfrentada pelos alunos (i) migrantes em se expressar de forma escrita na língua portuguesa. Ainda considerando o aspecto da linguagem e da comunicação, mas com uma abordagem direcionada a variável: processos, especificamente aos desenvolvidos pela escola para exercer a sua função educativa, tanto no sentido de incentivar e desenvolver a língua materna (idioma espanhol) dos alunos (i) migrantes atendidos pela instituição, como em reconhecer NEE nesses alunos e desenvolver ações institucionais que forneçam suporte para o suprimento dessas carências educativas quando apresentadas pelos alunos. Desde 1980 até o momento, incentivar e apoiar o desenvolvimento da língua materna<sup>10</sup> dos alunos (i) migrantes fronteiriços que estudam na escola em nenhum momento fez parte do rol de ações desenvolvidas pelos diferentes gestores. Contudo, desde 2005, na escola são ministradas aulas de idioma espanhol, por imposição de uma legislação nacional que incorporou tal disciplina ao currículo escolar. O que,

---

<sup>10</sup> Idioma espanhol

segundo os próprios entrevistados, não pode ser considerada uma ação que incentive e apóie diretamente o desenvolvimento da língua materna dos referidos alunos porque a metodologia de ensino aplicada às aulas não privilegia ou explora tal situação.

Evidencia-se que apenas os responsáveis pelos períodos administrativos compreendidos entre 1997-2012 reconhecem que alunos (i) migrantes podem apresentar NEE's derivadas da sua condição. Estes admitem jamais terem realizado, em nível institucional, nenhum tipo de ação que pudesse minimizar os impactos educacionais negativos provocados por tais necessidades. Nos casos em que se reconhecer NEE's em alunos (i) migrantes, recomenda-se à família a contratação de professores particulares que possam auxiliar o aluno a enfrentar as dificuldades. O que se configura como transferência de responsabilidade e isenção de conseqüências. Visto que, a escola, quanto instituição, poderia desenvolver um programa de ações compensatórias com o intuito de suprir as carências educativas destes alunos, seja através de orientações específicas dadas aos alunos quanto aos conteúdos a serem compensados (estudados paralelamente pelos alunos), seja por meio do fornecimento de listas de exercício intra e extra classe direcionadas a compensação das carências, seguidas de um acompanhamento mais próximo da instituição, entre outros.

A instituição através da atuação da gestão, tem autonomia, para explorar alternativas capazes de aliar ações da escola (sugestões anteriormente listadas) e família (supervisão de estudos em casa) para suprir as carências educativas dos alunos. Pois, não se pode esquecer que se trata de uma escola pública e que, portanto, nem todas as famílias que se deparam com tal problema apresentam condições de arcar com o ônus da contratação de um professor particular. Ademais, a escola, com boa vontade e um planejamento adequado, pode assumir a responsabilidade conjuntamente com a família e eliminar o problema, que como ficou claro ao longo deste estudo, costuma ser transitório, apresentando-se a partir do momento de ingresso do aluno (i) migrante a instituição até a sua adaptação plena. O que significa que, quanto mais cedo forem realizadas ações de incentivo à adaptação, menor será o tempo em que o aluno apresentará NEE's. Uma vez que, através das suas experiências, os gestores corroboraram os resultados do estudo de Alegre (2008) afirmando que quanto mais cedo o aluno (i) migrante chega ao sistema educativo do país receptor, com maior facilidade consegue se adaptar as regras do novo ambiente e a cultura dominante naquele espaço.

Ao considerar as variáveis que influenciam o grau de especificidade dos alunos (ALEGRE, 2008), com relação as suas necessidades educativas, é possível afirmar que as características apresentadas por alunos (i) migrantes do contexto fronteiroiro contêm um baixo grau de especificidade, se comparada à situação de alunos imigrantes em outros contextos. A fronteira exerce papel fundamental no processo adaptativo, possibilitando que o aluno desenvolva contato com a cultura do país receptor antes e durante o seu ingresso a escola. Outra característica a ser salientada é o fato dos alunos chegarem à instituição conseguindo manter uma comunicação satisfatória com os membros da comunidade escolar, o que segundo Alegre (2008) é fundamental para que a adaptação ocorra.

## **b. Conduta dos alunos**

Com relação à conduta dos alunos, o trabalho realizado por Hernández, Vera e Quiroa (2005) aponta para o fato de que o comportamento e as atitudes da criança (i) migrante dentro do trabalho educativo ter características singulares. As quais, segundo os autores, se tornam mais evidentes quando comparadas com o comportamento de grupos escolares formados por crianças de comunidades estáveis. Considerando tal fato, o presente estudo procurou verificar a existência de diferenças comportamentais entre alunos autóctones e alunos (i) migrantes estudantes da escola E. E. M. Professor Chaves, assim como diferenças motivacionais relacionadas a aspectos como interesse, dedicação e participação entre esses alunos.

Somente três entrevistados (4, 5 e 7) demonstraram distinguir diferenças ligadas ao comportamento dos alunos (i)migrantes com relação ao comportamento dos alunos autóctones. As diferenças identificadas relacionam-se especificamente a questão disciplinar, de organização e socialização. Sendo esta última distinguida em suas polaridades, por meio da observância de sociabilidade acentuada ou do isolamento social. Para Hernández, Vera e Quiroa (2005) os alunos (i) migrantes necessitam transformar a diversidade cultural, étnica e lingüística em uma vantagem, ao invés de um obstáculo para o seu desenvolvimento. Pois é justamente o modo como o aluno lida com a sua nova situação que determinará o sucesso da sua adaptação ou o fracasso dela. Como ficou claro no depoimento do entrevistado 7, as duas situações se desenvolvem na escola. Nesse sentido, é importante que a escola consiga auxiliar o aluno que demonstra dificuldades. Promover atividades que incentivem o contato social e o respeito cultural pode ser uma das alternativas a serem utilizadas.

Quanto aos aspectos motivacionais, cinco entrevistados afirmaram distinguir diferenças entre os alunos (i) migrantes e os autóctones quando se considera o interesse, a dedicação do aluno para com os estudos e a sua participação nas atividades escolares. Conforme os entrevistados, os alunos (i) migrantes demonstram interesse e dedicação aos estudos, muitas vezes, superior aos alunos autóctones. De acordo com Hernández, Vera e Quiroa (2005) o desejo de aprender das crianças (i) migrantes está relacionado à necessidade de resolver problemas da sua vida diária na escola. O que explica interesse e dedicação, por vezes, superior ao apresentado por alunos autóctones. Pois, os alunos (i) migrantes precisam estar atentos para conseguir se adaptar ao novo ambiente educativo.

Também ficou constatado que a sua condição de (i) migrante pode influenciar para inibir a participação dos alunos (i) migrantes nas atividades escolares, principalmente, quando o aluno tem características individuais de timidez e dificuldades com o idioma utilizado no país receptor. Nesta situação, cabe a escola contribuir para minimizar os impactos negativos causados pela condição de (i) migrante. Nesse sentido, a criação de um programa especial voltado à adaptação do aluno (i) migrante poderia ser de grande contribuição para a minimização deste tipo de problema.

### **c. Participação da escola**

A escola tem participação ativa como agente de influencia no processo de adaptação do aluno (i) migrante ao contexto educacional de inserção, assim como no seu desempenho em relação à aprendizagem. Segundo Alegre (2003) são três os fatores institucionais que podem influenciar o desempenho escolar dos estudantes: a) as atitudes e disposições da escola; b) a sua capacidade de mediar os significados e as possibilidades das relações interculturais desenvolvidas no seu interior e; e c) os hábitos de participação das famílias no centro educativo. Atendendo a tal referência, a pesquisa buscou compreender a participação da escola na promoção de ações de acolhida e adaptação dos alunos, onde foram analisados aspectos relacionados a planejamento e liderança, nacionalismo e identidade cultural e, comunidade.

Na década de 1980 eram realizadas ações de integração entre os alunos em datas específicas, planejadas pela supervisão e orientação escolar com o apoio dos professores. Contudo, ao longo do tempo, as atividades de integração, em sala de aula, deixaram de ser executadas (década de 1990) sendo retomadas na instituição na década de 2000, sob o formato de uma dinâmica cotidiana aplicada pelos professores, cuja metodologia, promove a integração dos alunos na sala de aula através da utilização de referências do contexto fronteiriço. Sendo a sua aplicação empregada conforme os critérios de cada professor, tratando-se de uma recomendação da atual gestão ao corpo docente e não de uma postura institucional.

No que se refere a planejamento e liderança, constatou-se a promoção de atividades de socialização entre os alunos pela escola, entretanto, não foram observados relatos de planejamento e

realização de atividades de socialização específicas para o acolhimento de alunos (i) migrantes, postura que minimiza o papel da escola como agente de integração e de promoção da inserção deste aluno ao novo contexto educacional. Também não foram verificados incentivos a promoção de discussões entre os professores sobre o tema “(i) migração” e sobre a situação de acolher estudantes nesta condição na escola. Desconsiderando o fato de que discussões entre professores podem auxiliar, não apenas na minimização dos impactos negativos sentidos pelos alunos no processo de adaptação, mas também para o planejamento e execução de ações que potencializem os benefícios decorrentes da diversidade cultural instalada nas dependências do educandário.

O fomento da instituição à criação e conservação dos sentimentos nacionalistas dos alunos vem diminuindo ao longo do tempo. O cultivo deste sentimento, nos alunos (i) migrantes é realizado pelas suas próprias famílias e, mais presente que nos alunos autóctones. As diferenças não se configuram como um problema, a escola as reconhece e as respeita. Por sua vez, a tolerância exercitada com a situação de fronteira se reflete no contexto institucional, circunstância que colabora para reafirmar a identidade cultural destes alunos. As famílias dos alunos (i) migrantes não recebem atenção especial por parte da instituição. Contudo, recebem informações específicas sobre as regras de funcionamento do sistema escolar no qual os estudantes estão se inserindo, quando tomam a iniciativa de buscar tais informações. Recomenda-se maior cuidado em brindar subsídios e orientações as famílias para que estas possam auxiliar de forma precisa e efetiva os estudantes em sua adaptação plena e conseqüente melhor aproveitamento do serviço educacional ofertado.

#### **d. Profissionais da educação e a sua formação**

Para compreender o papel dos profissionais da educação no gerenciamento de alunos (I) migrantes na escola E. E. M. Professor Chaves e seu preparo para lidar com dita situação, foram utilizadas quatro variáveis construídas a partir das considerações realizadas por Batanero (2005). São elas: Planejamento, Processos, Fluxo de informação, obtenção de informação e avaliação.

No que diz respeito ao planejamento, buscou-se averiguar se em algum momento, dentro do período analisado, a gestão da escola se preocupou em elaborar um plano de acolhimento direcionado aos alunos (i) migrantes. O resultado obtido aponta para o fato de que as diferentes gestões em nenhum momento ponderaram sobre a realização de tal ação. Ao abordar a variável processos, indagou-se os entrevistados sobre a realização de um levantamento das necessidades dos alunos (i) migrantes e de um programa de ações compensatórias. Pois, conhecendo as necessidades dos alunos ações compensatórias e outras medidas cabíveis podem ser articuladas pela gestão. O resultado demonstra que as necessidades dos alunos foram levantadas em apenas dois períodos administrativos (1986-88 e 1995-97). Sendo o levantamento realizado por professores, através de fichas preenchidas pelos alunos em sala de aula e, pela supervisão escolar durante a realização dos conselhos de classe, respectivamente. Conhecer as necessidades dos alunos, durante a gestão da entrevistada 5 (1995-97), resultou na realização de ações compensatórias dedicadas a alunos (i) migrantes que assim o demandassem.

Entende-se que conhecer as necessidades dos alunos é muito importante para fomentar as ações de uma gestão. Conhecendo as necessidades é possível planejar e articular medidas para enfrentar problemas e/ou diminuir carências. Do mesmo modo, a troca de informações e de experiências entre o corpo docente de uma instituição escolar (variável: fluxo de informações) contribui para melhorar a preparação dos profissionais que nela atuam, tornando-os mais capazes de planejar medidas de melhoria das práticas educativas desenvolvidas na instituição. Na escola, o diálogo e a troca de experiências entre os professores estiveram presentes formal ou informalmente durante os períodos administrativos que compreendem os anos de 1989 até 2004. A partir de 2004, não há na escola situações problema que demandem a troca de informações, conforme expressado pelo gestor do



período. Entretanto, ressalva-se a importância da troca de informações e experiências, não apenas para a resolução de problemas, mas para em conjunto melhor explorar as potencialidades educativas que a diversidade cultural fornece.

A escola não utiliza guias e materiais informativos que abordem a presença de estudantes culturalmente diversos em ambientes escolares, o que pode ser considerado um ponto negativo apresentado pelas diferentes gestões, dentro da variável obtenção de informações. A busca de informações é muito importante para a preparação dos profissionais da educação, através deste tipo de material é possível conhecer ferramentas e mecanismos que auxiliem a melhor gerenciar as diferentes situações educativas que possam vir a se apresentar na escola. Cabe as futuras gestões incentivar a adoção dos professores de materiais e guias de informação para que os profissionais que atuarem na escola estejam melhores preparados.

## 5. Considerações Finais

Com este estudo foi possível identificar as necessidades apresentadas por alunos (i) migrantes fronteiriços e as adaptações realizadas ao longo do tempo pela escola E. E. M Professor Chaves para gerenciar esta situação.

As necessidades identificadas se desenvolvem, principalmente, durante o período adaptativo do aluno na escola. Destacam-se as diferenças relacionadas ao idioma e a conteúdos programáticos específicos do sistema educativo brasileiro. As atitudes e motivações dos alunos podem, sim, ser influenciadas pela condição de (i) migrante. Influência que nem sempre é positiva, pois as dificuldades ligadas à adaptação podem interferir direta e negativamente no comportamento dos mesmos. Com respeito às adaptações realizadas ao longo do tempo pela escola, constatou-se baixa a participação da instituição na promoção de ações de acolhida e adaptação dos alunos (i) migrantes ao sistema educativo nos aspectos observados (planejamento e liderança, nacionalismo e identidade cultural e comunidade /atenção as famílias). As diferentes gestões em nenhum momento ponderaram sobre a realização de planos específicos de acolhimento, levantamentos realizados para identificar necessidades específicas destes alunos foram realizadas pontualmente, assim como ações compensatórias direcionadas aos alunos que as demandassem. Também não se perceberam incentivos a busca de informações e a troca de experiências sobre o tema.

A fronteira atua como elemento facilitador da adaptação dos alunos (i) migrantes fronteiriços, chegando a minimizar ou anular efeitos negativos decorrentes da situação de imigração observados em outros contextos. Mesmo assim, diante de demandas específicas apresentadas pelos alunos, a gestão da escola E. E.M Professor Chaves realizou intervenções, pontuais. O que não garantiu que todos os alunos com NNE's relacionadas à condição de migração fossem atendidos. Razão pela qual, a inclusão de tais ações no planejamento institucional é sugerida a escola.

Não foram encontrados estudos que abordassem aspectos de gestão em instituições de regiões de fronteira, sendo necessário adaptar as diversas abordagens teóricas consultadas, configurando-se como uma importante limitação para este estudo. E assinalando a importância de se desenvolver trabalhos que abordem esta temática, contribuindo para o desenvolvimento desta corrente teórica.

## 6. Referências

ALEGRE, M.A.C. *Educación e inmigración. ¿Un binomio problemático?* **Revista de Educación**, 345. Enero-abril 2008, pp. 61-82.

BATANERO, J.M.F. *Inmigración y educación en el contexto español: un desafío educativo*. *Revista Iberoamericana de Educación*. ISSN 1681-5653, Vol. 36, Nº. 11, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Senado Federal. Secretaria especial de editoração e publicações. Subsecretaria de edições técnicas. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.105**, de 14 de Jun. de 2004. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, de 21 de ago. de 2002. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_urug\\_255\\_5003.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_urug_255_5003.htm)>Acessado em: 23 de Setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6.815**, de 19 de Ago. de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Republicada pela determinação do Artigo 11 da Lei Nº 6.964, de 9 de dez. de 1981.Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm)<Acessado em: 23 de setembro de 2011.

CONVENÇÃO RELATIVA A LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO NO CAMPO DO ENSINO.**Decreto n º 63.223 de 06 de setembro de 1968**. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?view={39c8f036-8621-4eb9-a017-302f95159c88}> Acessado em: Novembro de 2011.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Ministério da Justiça. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br/main.asp?view={39c8f036-8621-4eb9-a017-302f95159c88}> >  
Acessado em: Novembro de 2011

DANTON, Gian. Metodologia Científica. Virtual Books online M&M Editora. 2000/2002. Disponível em:< [http://www.4shared.com/get/8r77hiwb/gian\\_danton\\_-\\_metodologia\\_cien.html](http://www.4shared.com/get/8r77hiwb/gian_danton_-_metodologia_cien.html)> Acessado em: Maio de 2012.

DECLARAÇÃO DE DAKAR. **Educação para todos – 2000**. Texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação em Dakar, Senegal, de 26 a 28 de abril de 2000. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/unesco-organiza%c3%a7%c3%a3o-das-na%c3%a7%c3%b5es-unidas-para-a-educa%c3%a7%c3%a3o-ci%c3%aancia-e-cultura/declaracao-de-dakar-educao-para-todos-2000.html>> Acessado em: Novembro de 2011.

DIAS, C, M,N e DIAS, C, N. **O espanhol nas escolas públicas: um estudo sobre o ensino da língua estrangeira**. Revista *Projeção e Docência*. V.3. n.1.Março de 2012.

ESPAÑA. *Ministerio de Educación. Sede electrónica del Ministerio de Educación. Publicaciones*.Disponível em:<<https://sede.educacion.gob.es/publiventa/buscaaction>> Acessado em: maio de 2011.

INE – *Instituto Nacional de Estadística (Espanha)*. *Avance del padrón municipal a 1 de enero de 2011. Notas de prensa. Espanha, 4 de abril de 2011*. Disponível em: <http://www.ine.es/prensa/np648.pdf> **Acessado em: novembro de 2011.**

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZÁLES, C. M; MARTÍN, S. C. *Educación e inmigración: bases pedagógicas de la educación intercultural*. **Corinti os XIII: Revista de teología y pastoral de la caridad**, ISSN 0210-1858, N° 131, 2009 (Ejemplar dedicado a: Acogida y solidaridad con el migrante), págs. 43-58. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3038980>> Acessado em: outubro de 2011.

HERNANDEZ, E.J; VERA, M.E; QUIROA, J.A. *Migración, formación docente y diversidad cultural*. *Aulaintercultural el portal de la educación intercultural*, 2005. Disponível em: <<http://www.aulaintercultural.org/img/pdf/edgar2.pdf>> Acessado em: outubro de 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **MRE - Divisão de Atos Internacionais**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/home.htm>> Acessado em: novembro de 2010.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. **Decreto nº 591 - de 6 de julho de 1992**. Ministério da Justiça. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_economicos.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm) Acessado em: Novembro de 2011.

PEÑALONZO, J. O. *La escuela, diferentes contextos culturales y culturas de frontera*. **Revista Brasileira de Educação**. N° 23, p.149 – 155 Mai/Jun/Jul/Ago 2003.

VIERA, Geovana Gabriela Bardesio. **Impacto da legislação sobre estrangeiros na gestão de uma instituição de ensino localizada na conurbação binacional Rivera – Livramento**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa, 2012.